

Schelb apresenta uma nova versão

Senado Federal

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – Ao depor ontem em sessão sigilosa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, o procurador da República Guilherme Schelb afirmou que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) falou apenas por dedução que tinha a lista nominal da votação secreta que resultou na cassação do senador Luiz Estevão. Também negou ter ouvido o parlamentar citar o presidente Fernando Henrique Cardoso como alvo da quebra de sigilo telefônico do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira.

O depoimento de Schelb apresentou uma nova versão sobre a conversa mantida com Antonio Carlos, em 19 de fevereiro, durante encontro na sede do Ministério Público Federal, em Brasília. As afirmações de Schelb colidem em parte com a versão apresentada no mesmo Conselho pelo procurador Luiz Francisco de Souza, autor da gravação e divulgação de fitas da conversa com o senador. Por causa das contradições, eles poderão ser acareados na próxima semana.

O Conselho investiga se Antonio Carlos quebrou o decoro parlamentar durante o encontro com os procuradores. Dois senadores que acompanharam o depoimento

de Schelb afirmaram que ele disse ter entendido que Antonio Carlos não assegurou possuir a lista da votação de cassação do mandato de Luiz Estevão. “Foi uma dedução criada a partir de conversas e de juízo de valor sobre a votação”, disse um dos senadores.

Durante seu depoimento no Conselho, Luiz Francisco afirmou ter ouvido o senador citar algumas vezes a palavra lista, ao mencionar que conhecia o voto contra a cassação dado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). A mesma versão foi apresentada pelos repórteres Mino Pedrosa e Andrei Meireles, da revista *IstoÉ* quando depuseram no Conselho.

“Como ele falou em lista, confirmou o que eu disse”, afirmou Luiz Francisco.

Segundo os senadores, Schelb não teve dúvidas ao afirmar que, em nenhum momento da conversa, o senador baiano citou o presidente Fernando Henrique. Disse também que não foram fidedignas os trechos da conversa publicados pela revista.

Além de Schelb, também foi convocada para depor em sessão secreta a procuradora Eliana Torrelly, que participou do encontro com o senador. Eles disseram que, por questão de ética, não poderiam citar trechos da conversa em sessão aberta do Conselho.